



JOSÉ GENOÍNO

“PRECISAMOS DE UMA ECONOMIA QUE VOLTE A CRESCER”

No final dos anos 60, engajou-se na luta contra a ditadura militar, participando da preparação da Guerrilha do Araguaia e sendo preso por esse motivo. Foi professor de cursinho e ajudou a fundar o PT. Em 1982 foi eleito para seu primeiro mandato de deputado federal. Atuou no impeachment de Collor e na CPI do Orçamento. Foi reeleito para o quinto mandato de deputado federal em 1998. Na Coligação PT-PCdoB-PCB, tem como vice o sindicalista Luis Marinho (PT)



Daniel Garcia

Revista Adusp – No Estado de São Paulo, a educação infantil de 0 a 6 anos ainda é uma hipótese, e de 0 a 3 anos nem existe. O que se vê é um atendimento indireto, terceirizado, envolvendo entidades filantrópicas e assistenciais. Qual a proposta do candidato para viabilizar um crescimento significativo da oferta de ensino infantil?

Genoíno – Temos que ter um programa para a criança e o adolescente por faixa etária no Estado de São Paulo. Esse programa deve perpassar todo o governo não só

na área da educação como na área da assistência, na área do acompanhamento da saúde, na área da assistência à família. É fundamental ter uma meta: garantir toda criança, todo adolescente na escola durante os quatro anos de governo. Segundo, tirar todas as crianças e adolescentes da rua durante um período de oito anos de governo. Terceiro, materializar a nossa visão do artigo 227 da Constituição, que considera a criança e o adolescente como prioridade absoluta.

Para garantir isso, temos que ca-

pacitar a rede pública, fazer ações combinadas com as prefeituras e até ações combinadas com entidades sem fins lucrativos que possam, numa parceria com o Estado, estabelecer um verdadeiro contrato solidário com a criança e o adolescente. Isso envolve as ações de governo estadual, prefeituras e sociedade civil.

Revista Adusp – O que justificou a municipalização do ensino foi a lei de repasse de recursos por meio do Fundef. Como o governo vai se preparar para o final da vigência do fundo em 2006? O que vai acontecer depois?

Genoíno – Primeiro, o Fundef é uma lei federal, e isso tem que ser discutido no plano federal. A idéia de aproximar os serviços do cidadão é positiva, mas esse modelo de municipalização nós criticamos. Queremos um sistema único de educação como existe na saúde, para você ter uma municipalização solidária, com gestão compartilhada, garantindo a responsabilidade do Estado, a responsabilidade das prefeituras, garantindo a mesma qualidade de ensino. A municipalização, do jeito que foi feita, transfere a competência, mas não os recursos para atender a população da rede pública do ensino municipalizado.

Não sou contra a tese da municipalização do serviço, eu sou contra esse modelo de municipalização. Temos que alterá-lo e ter um modelo único, com competências compartilhadas e com gestão compartilhada.

Revista Adusp – Há um projeto de lei na Assembléia Legislativa extinguindo a progressão continuada. O candidato pretende manter a progressão continuada nos moldes atuais, sabendo-se que sua aplicação vem sofrendo críticas da população e de especialistas?

Genoíno – O projeto que acaba com a progressão continuada é do líder da bancada do PT, e concordo com a proposta. A progressão continuada virou promoção automática, isso nós temos que acabar. Ao acabar com a promoção automática, não podemos voltar ao sistema antigo, porque o sistema antigo era a exclusão pela repetência.

Temos que mudar o sistema de avaliação, para que leve em conta o empenho do aluno, o interesse, a

permanência na escola e o nível de aprendizado. Para isso, você precisa ter menos alunos por sala de aula, e mais professores.

É necessário investir no apoio ao professorado, tanto do ponto de vista salarial, quanto do ponto de vista pedagógico, do conhecimento, da técnica que a pedagogia pode hoje oferecer. E temos condições de fazer isso nos apoiando nas três universidades estaduais paulistas, que têm os melhores cursos de pedagogia do Brasil e de São Paulo.

Revista Adusp – Como o candidato planeja reverter o número excessivo de alunos em salas de aula? Qual será o limite?

Genoíno – Temos que trabalhar com o limite universal, que é de 35 alunos por sala de aula. Se não conseguirmos implantá-lo de imediato, devemos ter esse limite como objetivo a ser alcançado durante o governo.

Revista Adusp – A LDB prevê que até 2006 todos os professores tenham curso superior. Como o candidato pretende cumprir essa exigência? Pretende investir na criação dos Institutos Superiores de Educação tratados nas deliberações 7/2000 e 8/2000 do Conselho Estadual de Educação para formação de professores? Pretende envolver as universidades públicas na formação de professores para o ensino médio?

Genoíno – Em primeiro lugar, temos que aumentar o número de vagas e o acesso à universidade. A universidade pública precisa aumentar o número de *campi* e de vagas, e precisamos melhorar o ensino fundamental e médio.

Agora, temos um obstáculo que é exatamente a limitação orçamen-

tária de 9,57% do ICMS. Nós temos compromissos em gastar mais com segurança, com saúde, temos que gastar mais com geração de emprego, então vamos buscar um meio de ampliar essa dotação.

De imediato, nós temos que lutar junto ao governo federal para aumentar os investimentos federais na área da educação superior do estado de São Paulo. São Paulo é responsável por 43% dos impostos federais e a contrapartida não é justa. Portanto, o governo de São Paulo vai exigir do governo federal maior transferência do orçamento federal na área da educação, para que tenhamos universidades federais aqui. Esse é outro caminho para cumprir com esse objetivo.

Por fim, precisamos estabelecer uma relação das três universidades estaduais com a sociedade paulista. Temos que potencializar o envolvimento da Unicamp, USP e Unesp, dos cursos de pedagogia, no investimento do professorado. E podemos fazer convênios com algumas instituições não estatais, instituições sérias, algumas públicas não lucrativas, que podem contribuir com essa tarefa de formar professores no estado de São Paulo.

Revista Adusp – Por exemplo?

Por exemplo a Fundação Santo André, a Feob em São João da Boa Vista, as PUCs que podem ajudar muito nesse sentido, não só de aumentar o número de vagas como garantir a capacitação do professorado.

Revista Adusp – O Estado de São Paulo tem repassado às universidades públicas estaduais, desde 1995, o equivalente a 9,57% da arrecadação anual do ICMS. Uma vez no governo, o candidato pretende manter esse percentual? Como vê

a reivindicação de professores, funcionários e estudantes, de aumento do repasse para 11%? O candidato é a favor da constitucionalização de um percentual mínimo, tal como dispõe a PEC 14/2000?

Genoíno – Num primeiro momento, nosso projeto é fazer São Paulo voltar a crescer, gerar mais riqueza, mais emprego, mais oportunidade. O nosso programa é dinamizar a economia de São Paulo, priorizando o setor produtivo, as regiões econômicas, as cadeias produtivas, a vocação de São Paulo tanto para o mercado externo como para o mercado consumidor interno.

Se nosso compromisso é apostar no crescimento, vamos, mantendo os 9,57%, ter uma dotação maior, porque vamos ter uma maior arrecadação. Por outro lado, queremos combater a guerra fiscal, a sonegação. Vamos ter uma administração fiscal transparente e extremamente rigorosa, aperfeiçoando o sistema informatizado, o sistema de governo eletrônico, o sistema de ética fiscal.

Num primeiro momento, é difícil ter condições de aumentar o repasse sem aumentar o crescimento de São Paulo. Porque, aumentando de início, e o dinheiro para educação? E o dinheiro para saúde, e o dinheiro para segurança? E o dinheiro para gerar emprego, e o dinheiro para moradia? E o dinheiro para habitação popular? É necessária uma mediação. Então, esse objetivo deve ser perseguido, mas de imediato eu pretendo alavancar a economia de São Paulo.

Algumas vinculações constitucionais são corretas, pela importância da educação, pela importância da saúde. Essa vinculação é necessária

para garantir o financiamento de políticas sociais que são essenciais para a qualidade de vida.

Revista Adusp – A lei da autonomia universitária desobrigou o Tesouro estadual de arcar com a aposentadoria dos professores das universidades estaduais, transferindo essa despesa para a folha de pagamentos das próprias universidades, o que representa para elas um elevado dispêndio. Qual a possibilidade, num governo do Sr., de o Tesouro vir a reassumir o pagamento das aposentadorias dos docentes universitários?

Genoíno – Acho muito difícil o Tesouro assumir, porque, se o Tesouro assume, esse dinheiro vai faltar em algum lugar. Vai faltar na segurança, na moradia, na saúde, na geração de emprego. Então temos que buscar uma solução para que se organize a previdência complementar dos funcionários públicos, inclusive das universidades, respeitando os direitos, criando um sistema compartilhado, inclusive de gestão pública, entre contribuintes, aposentados e o próprio Estado.

Essa previdência complementar tem que ser também uma previdência de capitalização. Se você joga na conta do Tesouro, não tenho condições de aumentar a carga tributária. Tenho que diminuir a carga tributária, para aliviar o setor produtivo e a pequena e média empresa. Temos que buscar uma solução negociada não só com os professores das universidades como com outras categorias de funcionários públicos.

Revista Adusp – O atual sistema de escolha do Reitor e do Vice-Reitor das universidades públicas estaduais fere a autonomia universitária,

“Acabar com a promoção automática sem voltar à repetência”

ria, na medida em que se baseia na decisão pessoal do governador, que exerce sua preferência dentre uma lista tríplex eleita, por sua vez, por um colégio eleitoral restrito. O candidato estaria disposto a apoiar um sistema de escolha mais democrático, por voto direto da comunidade universitária e que se encerrasse no âmbito das universidades, sem interferência do governador?

Genoíno – Tem que haver um sistema de parceria entre o governo do Estado e a autonomia da universidade. A escolha da direção da universidade tem que ser democratizada, toda a comunidade tem que participar, professores, funcionários e estudantes. E você estabelecer, nessa escolha, uma mediação de representatividade. Mas o governador não pode se omitir; depois do filtro, da consulta, levar em conta, numa lista, o seu juízo. Porque você não pode ter uma universidade isolada das políticas do governo. A universidade é sustentada pela sociedade. Se a sociedade paga para existir a universidade e o governo do Estado é eleito pela sociedade, ele tem uma co-responsabilidade na maneira de administrar a universidade, respeitando sempre a autonomia da universidade. Eu não

eliminar o papel do governador em algum momento da escolha.

Revista Adusp – O Sr. acha que, se todo o processo se desse dentro da universidade, haveria um isolamento das políticas do Estado?

Genoíno – Qualquer instituição do Estado não pode ser totalmente independente. Todas as instituições do Estado têm que tem um grau de interdependência. Por exemplo, as universidades têm que ter uma função social, a universidade tem que dar uma contrapartida à sociedade, porque a sociedade é que sustenta a universidade. Agora, a universidade não é um Estado isolado, então temos que estabelecer uma relação mediada, com a comunidade universitária e as políticas públicas do Estado, sem quebrar a autonomia.

Revista Adusp – O que o Sr. pensa das universidades estaduais paulistas e como pensa em relacionar-se com elas, se eleito governador?

Genoíno – Em primeiro lugar, respeitando a autonomia, temos que discutir com as universidades a relação de contribuição, de cooperação com um projeto econômico para São Paulo. Temos que discutir, respeitando a autonomia, projetos de pesquisa, projetos de extensão, projetos de apoio à comunidade, projetos de apoio às populações mais carentes, projetos de apoio às políticas sociais, eu já me referi aí por exemplo à área da educação. Outro exemplo seria a área de assessoria administrativa para muitas prefeituras que não têm nenhuma técnica de administração.

Todo estudante que tem acesso ao ensino público — e ele tem que continuar público por uma questão de princípio, somos contra a priva-

tização direta ou indireta da universidade pública — é sustentado pela sociedade via ICMS. A juventude que está em uma universidade pública deveria dar uma contrapartida à comunidade gratuitamente, com trabalhos comunitários.

Há muito tempo defendo esse projeto. Não é trabalho para o Estado. São trabalhos na área da saúde, na área da assistência administrativa, na área educacional... Essa juventude que está numa universidade pública tinha que ter um contrato de solidariedade com a sociedade, principalmente a sociedade que não pode pagar políticas públicas. Os trabalhos comunitários poderiam estar inclusive dentro das próprias exigências curriculares.

Revista Adusp – São Paulo representa 30% do PIB nacional, mas não tem uma presença equivalente no cenário político nacional, e está até subrepresentado no Congresso, em termos da relação população-número de parlamentares. O Sr. pretende dar maior peso político ao cargo de governador de São Paulo?

Genoíno – Claro, o governador de São Paulo tem que defender os interesses do Estado de São Paulo. Tanto na hora de discutir o orçamento, na hora de defender as empresas que geram emprego aqui, na hora de defender uma reforma tributária e fiscal, para São Paulo não sofrer as conseqüências da guerra fiscal, como na hora de exigir para o Estado uma contrapartida na área dos investimentos sociais.

São Paulo é um Estado-Nação, ele é hoje uma força no que se arrecada, no que se produz e no que se exporta, e tem o direito de exi-

gir do governo federal uma maior presença no Estado. E para isso o governador tem que ser um articulador, junto com as prefeituras, com a área empresarial, com os trabalhadores e a sociedade civil de um modo geral, da defesa dos interesses do Estado de São Paulo.

Revista Adusp – Diante do desemprego cada vez mais agudo no Estado de São Paulo, chegando ao índice de 20% no ABC e na região metropolitana da Capital, que medidas o Sr. pretende implantar?

Genoíno – Primeiro mudar esse modelo econômico, que privilegiou privatizações e a administração de uma dívida que só cresceu durante a gestão do tucanato. Ela era de R\$ 13 bilhões e agora está em R\$ 95 bilhões. Essa dívida foi uma negociação mal feita com o governo federal, nós temos que tratar a questão do pacto federativo na gestão da dívida de São Paulo.

Segundo, temos que apoiar o setor produtivo que mais gera emprego, regionalizando a economia de São Paulo com um processo de interiorização. Em cada região, vamos apoiar as cadeias produtivas que mais geram emprego, na agroindústria, na indústria, no serviço, na agricultura e na pecuária, incentivando por área econômica ou por região as redes de pequenas e médias empresas, para que elas possam entrar na competitividade.

Por último, precisamos de programas emergenciais. Por exemplo, retomar a construção civil, voltada para a construção popular. Além de você dar um direito ao cidadão que é uma casa para ele viver, você emprega muita gente na construção da casa e nos in-

sumos para a construção civil. Incentivar a agricultura é uma área em que o retorno do emprego é imediato.

O setor do turismo é pouco desenvolvido no Estado e São Paulo tem uma potencialidade para o turismo. Turismo religioso, ecológico, turismo radical, turismo nas praias, turismo familiar. Incentivar a área de turismo, que gera muito emprego.

Por último, nós temos que combinar com o governo federal uma política de combate aos juros altos, uma política de maior autonomia e de defesa dos interesses brasileiros e de São Paulo no comércio exterior. O protecionismo norte-americano prejudica e muito a economia de São Paulo, a laranja, o suco de laranja, o açúcar, e o aço.

Defendo que São Paulo tenha uma secretaria, uma agência especial para o comércio exterior, para desburocratizar o setor, atrair investimentos, facilitar a disputa dos nossos produtos no mercado externo. E ao mesmo tempo trabalhar com o comércio exterior do país para que tenhamos um peso cada vez maior na nossa pauta de exportações, diminuindo o nosso déficit em contas correntes e principalmente na balança comercial.

A política econômica recessiva e de juros altos afeta muito nosso Estado. São Paulo tem que trabalhar em parceria com o governo federal — por isso queremos eleger Lula, para resolver nacionalmente a questão dos juros altos, da submissão à comunidade financeira internacional e da falta de apoio ao setor produtivo. Precisamos redirecionar o BNDES e a Nossa Caixa, com uma área voltada para os investimentos

sociais, os investimentos produtivos, maior geração de empregos e distribuição de renda.

Por outro lado, temos que criar programas de economia solidária, para, através do sistema de redes, agregar as pessoas, e você dá um empurrão para que essas pessoas ingressem no mercado. Nós vamos aumentar a renda mínima, voltada para a bolsa-trabalho, bolsa-escola. Agora, os programas de renda mínima têm que estar vinculados com o futuro, com a possibilidade de emprego, de ter uma oportunidade. Por que se você ficar só na assistência você não resolve. Por isso que nós temos que ter uma economia que volte a crescer.

Revista Adusp – O Sr. pensa em adotar estratégias de desenvolvimento regional? Como elas poderiam combinar-se com o combate ao desemprego?

Genoíno – Nós só podemos desenvolver o Estado de São Paulo se for com uma política de regionalizar o crescimento. Temos que apostar nas vocações de cada região e integrá-las. E, em cada região, diversificar as vocações econômicas. Por exemplo, o setor álcool-açucareiro. Você tem que agregar atividades econômicas correlatas. O setor da laranja idem, agregar atividades correlatas e de subsistência. As vocações que são secundárias podem também vir a ocupar o papel principal.

Se eu quero desenvolver as regiões, o governo do Estado tem que ter agências regionais de desenvolvimento econômico, tem que ter uma estrutura descentralizada. Ao mesmo tempo você tem que ter consórcios de cidades que têm a mesma localização e a mesma vocação. Por exemplo: consórcios

“Temos que apoiar o setor produtivo e criar agência para o comércio exterior”

de bacias hidrográficas, consórcios de cidades que são instâncias hidromineiras, de cidades turísticas...

Nas áreas das bacias, nas políticas de preservação das nossas represas e dos nossos rios, para as áreas de mananciais, nós temos que ter políticas articuladas com as prefeituras. Não adianta o governo ter políticas isoladas. E nas regiões metropolitanas e econômicas, políticas públicas com gestão compartilhada.

Revista Adusp – Há “espaço” para uma reforma agrária nos limites do Estado? O Sr. tem planos de desapropriação de latifúndios e metas de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra? Que relacionamento pretende manter com o MST?

Genoíno – Em primeiro lugar um relacionamento de negociação. O MST é uma coisa e o PT é outra. Somos sujeitos políticos diferentes. O governo do PT quer negociar com o Movimento dos Sem-Terra, fazer reforma agrária em terras devolutas e transformar as terras improdutivas em produtivas. Combinar uma política de reforma agrária com uma política agrícola, viabilizar os assentamentos para dar condições de produtividade na terra, escoamento da produção e

“Vamos interromper as privatizações.

Nossa Caixa tem que ser um banco forte”

garantir os investimentos sociais das áreas assentadas. Com escolas, moradia, lazer etc. São Paulo pode ter uma política de reforma agrária combinada com uma política de modernização da agricultura, da pecuária, do agronegócio.

Revista Adusp – Há evidências de que a sonegação fiscal é muito alta, o que acarreta perdas óbvias na consecução de recursos para saúde, educação, saneamento básico, transportes, segurança pública e demais áreas sociais. De que modo o Sr. pretende enfrentar esse problema?

Genóio – Primeiro, modernizando a estrutura fiscal do Estado. Segundo, combatendo a guerra fiscal. Terceiro, fazendo uma reforma tributária e fiscal no Estado de São Paulo e no Brasil, diminuindo os impostos sobre a classe média, sobre os trabalhadores, aliviando o setor produtivo e agravando no setor especulativo. Nós podemos inclusive diminuir a alíquota do ICMS diminuindo a sonegação. Isso pode ser um contrato com a sociedade, na medida em que há uma colaboração da sociedade em relação às políticas de transparência, de modernização, de criar uma cultura na sociedade de exigir nota, de exigir o investimento correto do dinhei-

ro, de exigir o que podemos chamar de uma ética fiscal e tributária.

Revista Adusp – O colapso do setor elétrico não só causou enorme sacrifício para a maior parte da população brasileira, como provocou uma retração da economia, em razão do racionamento e da majoração das tarifas. Diante do importante parque de geração elétrica existente no Estado, e da necessidade de impulsionar o crescimento econômico, que medidas poderiam ser adotadas pelo futuro governo estadual para evitar uma nova crise de abastecimento?

Genóio – Primeiro garantir o setor de geração de energia hidrelétrica como setor estatal e público. Não se deve privatizar mais nenhuma usina, nem a transmissão. Segundo, ter uma política de investimento na capacidade de geração hidrelétrica, que no Estado de São Paulo está limitada, porque a nossa capacidade de geração está vinculada à existência das bacias. Podemos investir na co-geração de energia. Por exemplo, a energia do bagaço da cana deveria ter um programa de agregação na co-geração com a rede principal.

Nós podemos melhorar a transmissão da energia no Estado de São Paulo. E garantir a influência do setor público na distribuição que foi privatizada, para que a política tarifária, a questão das áreas mais carentes, a necessidade de ter um programa de iluminação pública, exija das empresas distribuidoras uma contrapartida em relação à competência delas enquanto empresas privadas. A esfera pública tem que ser mais atuante, mais ativa, nos serviços que foram privatizados, como a área de energia.

Revista Adusp – Não pode haver

problemas, deputado, em relação aos contratos? Ou é apenas uma questão de negociação?

Genóio – Nós não vamos estatizar o que foi privatizado na área de energia. É não privatizar mais nada na geração de energia e transmissão. O que foi privatizado, garantir a esfera pública. E negociar contratos, onde tiver gordura, onde tiver erro, vamos negociar, respeitando os contratos, mas negociando o atendimento à população, principalmente o conforto da população, o acesso à população mais carente e desonerar o setor produtivo.

É a mesma política que nós vamos ter em relação aos pedágios. Nós não temos condições de reestatizar as estradas, é um erro reestatizar, mas podemos ter uma política pública de diminuir o número de pedágios, discutir a tarifa dos pedágios, e garantir, através do governo, uma fiscalização mais rigorosa da qualidade.

Revista Adusp – O Sr. dará continuidade à política de privatizações praticada desde 1994? Qual é o futuro da Nossa Caixa, único banco de que o Estado dispõe atualmente?

Genóio – Temos que interromper as privatizações. Geração de energia hidrelétrica, água, a área de saneamento e a Nossa Caixa não podem ser privatizados. Nossa Caixa tem que ser um banco capitalizado, forte, que tenha uma carteira de fomento para as regiões mais carentes, os setores econômicos mais débeis e que tenha condições de financiar obras sociais de grande envergadura, que geram emprego e garantem a qualidade de vida. Pode ser um banco comercial na captação, na capitalização, mas com uma finalidade que é atender à sociedade.